

GAZETA MERCANTIL

SUC

PFL anuncia investigação sobre obras na BR-101

Partido pede demissão de ministro e governo promete esclarecer

Elmar Meurer
de Florianópolis

O senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, pediu ontem, em Florianópolis, a demissão do ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, e do diretor geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) — antigo DNER — Luiz Francisco Silva Marcos.

O pedido toma por base irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos editais de licitação do trecho sul de duplicação da BR 101, entre o município de Palhoça, na grande Florianópolis, e a divisa com o Rio Grande do Sul, e de lá até o município gaúcho de Osório.

A abertura dos envelopes para a obra, orçada em R\$ 1,031 bilhão, estava programada para a quarta-feira da semana passada mas, em medida cautelar, foi suspensa pelo TCU, um dia antes, atendendo proposta da Secretaria de Controle Externo do órgão em Santa Catarina.

Conforme o despacho do ministro relator do TCU Marcos Vinicius Vilaça, o DNIT não

obedeceu a Lei das Licitações (No 8.666/93), as principais irregularidades são a exigência de valor mínimo de faturamento anterior das participantes da licitação (R\$ 150 milhões), que “que se mostra excessivo para a garantia do cumprimento das obrigações da contratada” e que excluiria “diversas empresas conceituadas no ramo de pavimentação e terraplenagem”; ausência de critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, fundamental para garantir “preços compatíveis com os de mercado” e sem os quais “abrem-se as portas para o superfaturamento”; inexistência de limite para pagamentos e ausência de classificação de materiais.

Bornhausen isentou o presidente Fernando Henrique de responsabilidade, mas cobrou o lançamento de um novo edital de licitação. “Acabar com o DNER não foi suficiente para acabar com a corrupção. Se o pedido de demissão do ministro dos Transportes e do dire-

tor do DNIT não for atendido, o presidente, que certamente não leu o edital, estará também sendo responsável pelo problema e pediremos a instalação de uma CPI para investigar o assunto”, disse, durante entrevista coletiva. O caso terá repercussão na disputada eleição estadual.

O Ministro dos Transportes não quis se manifestar a respeito das declarações do senador Bornhausen. Em relação à decisão do TCU de cancelar a licitação, a assessoria de imprensa do

ministério relatou que em 1º de agosto o Tribunal solicitou pedido de informações sobre o edital e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes respondeu aos questionamentos.

No último dia 15, véspera de abertura das propostas, chegou a decisão da suspensão do processo. O Ministério afirma que está aguardando as decisões do TCU e está à disposição para esclarecer o que for necessário.



Jorge Bornhausen